



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS PROF. ARISTON DIAS LIMA – SÃO RAIMUNDO NONATO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

BRUNA MARQUES PINDAÍBA

EDUCAÇÃO DO CAMPO E O FECHAMENTO DA UNIDADE ESCOLAR
ZEFERINO MARQUES DA COMUNIDADE LAGOA DO MOISÉS (TERRITÓRIO
QUILOMBOLA LAGOAS)

SÃO RAIMUNDO NONATO-PI
2023

BRUNA MARQUES PINDAÍBA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E O FECHAMENTO DA UNIDADE ESCOLAR
ZEFERINO MARQUES DA COMUNIDADE LAGOA DO MOISÉS, (TERRITÓRIO
QUILOMBO LAGOAS)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso de Licenciatura Plena em
Geografia da Universidade Estadual do Piauí
(UESPI) como pré-requisito para obtenção do título
de Licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Judson Jorge da Silva

SÃO RAIMUNDO NONATO – PI

2023

[ESPAÇO RESERVADO À FICHA CATALOGRÁFICA]

BRUNA MARQUES PINDAÍBA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E O FECHAMENTO DA UNIDADE ESCOLAR
ZEFERINO MARQUES DA LOCALIDADE LAGOA DO MOISÉS, (TERRITÓRIO
QUILOMBO LAGOAS)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso de Licenciatura Plena em
Geografia da Universidade Estadual do Piauí
(UESPI) como pré-requisito para obtenção do
título de Licenciatura em Geografia.

Aprovado em 16 /11 /2023

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Judson Jorge da Silva
Universidade Estadual do Piauí - UESPI
(Orientador)

Professor Dr. Bernardo Curvelano Freire
Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF
(Examinador Externo)

Professor Dr. David Tavares Barbosa
Universidade Estadual do Piauí - UESPI
(Examinador Interno)

SÃO RAIMUNDO NONATO – PI
2023

Ao meus pais Maria das Graças Marques Brito e Juscelino Pindaíba (*in memoriam*), por sempre estarem do meu lado e sempre me incentivarem a seguir nos estudos mesmo após tantas dificuldades, e aos meus irmãos Bruno e Henrique por sempre estarem junto comigo me apoiando, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por sempre me guiar e cuidar de todos os momentos durante essa jornada de aprendizados e conhecimentos, e até aqui por me dar força e não me deixar desistir nos momentos difíceis que enfrentei ao longo do curso.

Agradeço aos meus pais Maria das Graças e Juscelino pindaíba (*in memoriam*) por me darem todo o apoio tanto moral como financeiramente, e por sempre estarem comigo nas horas difíceis durante essa jornada.

Aos meus amigos e colegas de classe por sempre estarem junto comigo e me ajudando tanto durante esses 07 anos que passamos juntos, não foi uma jornada fácil, mas vencemos.

À Máisa o meu muito obrigado por me ajudar nas disciplinas que mais tinha dificuldade, e por me ajudar durante toda a pesquisa para o TCC, obrigado por ser uma amiga tão atenciosa.

A Graciela, por ter sempre me ajudado em todos os trabalhos, na construção de mapas de diversas disciplinas, principalmente na disciplina de hidrografia e Biogeografia no qual recebi muito sua ajuda.

A Midiã, Vitória, Arlete, Maildes, Marleide, Manoel, Cesar, e Arnaldo, muito obrigado por ter me ajudado em disciplinas e por terem tornado esses anos mais leves e divertidos.

A minha amiga Witney, por sempre me dar apoio moral durante as nossas conversas. A nossa líder comunitária Carla Pereira Pindaíba, por ter contribuído com minha pesquisa e sempre nos apoiar.

Ao meu namorado Gean que nos últimos dois anos esteve do meu lado me dando apoio nas horas mais difíceis, sempre conversando e sempre me fazendo pensar positivo

Agradeço aos professores da UESPI, por contribuírem com nosso aprendizado, especialmente ao meu orientador Judson Jorge, pela sua contribuição, e paciência em suas correções e orientações.

Por fim agradeço toda a minha família e amigos que estiveram em todos os momentos até aqui e contribuíram de alguma forma direta ou indireta.

Epígrafe

Educação do Campo.

Não vou Sair do Campo

Não vou sair do campo

Para poder ir para escola

Educação do campo

É direito e não esmola

O povo camponês

O homem e a mulher

*O negro quilombola
Com seu canto de afoxé Ticuna,
Caeté Castanheiros,
seringueiros Pescadores e
posseiros
Nesta luta estão de pé
Não vou sair do campo
Para poder ir para escola
Educação do campo
É direito e não esmola
Cultura e produção Sujeitos da
cultura
A nossa agricultura
Pro bem da população
Construir uma nação
Construir soberania
Pra viver o novo dia com mais
humanização
Não vou sair do campo
Para poder ir para camo
Educação do campo
É direito e não esmola
Quem vive da floresta dos rios e
dos mares de todos
os lugares onde o sol faz uma
fresta quem a sua força
empresta
Nos quilombos nas aldeias
E quem na terra semeia
Venha aqui fazer a festa
Não vou sair do campo
Para poder ir para escola
Educação do campo
É direito e não esmola*

*(Caderno de Poesia – MAM,
2023, p.8).*

RESUMO

Este trabalho examina o fechamento da Unidade Escolar Zeferino Marques, situada na comunidade Moisés, território quilombola Lagoas, município de São Raimundo Nonato – PI. O fechamento ocorreu sem um aviso prévio, muito menos consulta prévia, livre e informada, realizada à comunidade e mães de alunos. Entre os objetivos da pesquisa destacam-se a análise do papel da educação do campo e os problemas resultantes da não efetivação desse modelo de educação; a identificação dos danos causados pelo fechamento da unidade escolar Zeferino Marques e dos processos de resistência da comunidade; além de discutir a respeito das condições de ensino dos estudantes nas novas escolas para as quais foram transferidos. A metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa foi a análise qualitativa, fundamentada em levantamento bibliográfico e entrevistas com mães de alunos da comunidade. Os resultados evidenciam a importância da educação do campo para o ensino e valorização das comunidades rurais, bem como constatou-se a relevância que a Unidade Escolar Zeferino Marques possuía para a comunidade e para o território quilombola. Como resultado das entrevistas, observou-se que as mães de alunos destacam problemas ocasionados pelo fechamento da escola, especialmente a precariedade do transporte escolar disponibilizado pelo município para que os alunos estudem em escolas distantes. As análises apontam que o fechamento da escola não representou avanços ou melhorias, resultando em vários transtornos para a comunidade Moisés.

Palavras-chave: Escola. Fechamento. Quilombo Lagoas.

ABSTRACT

This study examines the closure of the Zeferino Marques School, located in the Moisés community, part of the Quilombola territory of Lagoas in the municipality of São Raimundo Nonato, Piauí. The closure occurred without prior notice, much less free, prior, and informed consent from the community and the students' mothers. The research objectives include analyzing the role of rural education and the problems resulting from the failure to implement this educational model. It also identifies the damages caused by the school's closure and the community's resistance efforts, in addition to discussing the learning conditions of students in the new schools to which they were transferred. The methodology used was qualitative analysis, based on a literature review and interviews with the students' mothers from the community. The results highlight the importance of rural education for the teaching and valuation of rural communities, as well as the significance that the Zeferino Marques School held for the community and the Quilombola territory. The interviews revealed that the students' mothers emphasize the problems caused by the school's closure, especially the precariousness of the school transportation provided by the municipality for students to attend distant schools. The analysis indicates that the school's closure did not represent progress or improvements, but rather resulted in several hardships for the Moisés community.

Keywords: School. Closure. Quilombo Lagoas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Certidão de auto definição emitida pela Fundação Cultural Palmares em abril de 2009.	299
Figura 2 - Símbolo da Associação Território Quilombola Lagoas.....	3131
Figura 3 - Criação de Caprinos.....	333
Figura 4 - Plantação de feijão e milho.....	333
Figura 5 - Casa de Carinha Comunitária.	34
Figura 6 - Cozinha comunitária Raízes do Quilombo	34
Figura 7 - Unidade Escolar Zeferino Marques.	355
Figura 8 - Momento de reunião na escola (a).....	37
Figura 9 - Momento de reunião na escola(b).....	37
Figura 10 - Meio de transporte para o São Vitor e Firmeza (a).	45
Figura 11 - Reunião promovida pela SEDUC/PI	477

MAPAS

Mapa 1 - Localização do Território Lagoas no Piauí/Brasil.....	277
Mapa 2 - Processos minerários incidentes sobre o Território Quilombola Lagoas	30
Mapa 3 – Área Diretamente Afetada e Áreas de Influência Direta do Projeto de extração de Magnetita da SRN Mineração.....	30

QUADROS

Quadro 1 - Resumo das entrevistas nas localidades Moisés - Raimundo Nonato Piauí - PI.388	
Quadro 2 - Consequências do fechamento da unidade escolar Zeferino Marques	399
Quadro 3 - Consequências observadas pelas mães	41
Quadro 4 - Mudança de escola	422
Quadro 5 - Ensino da Unidade Escolar Zeferino Marques	433
Quadro 6 - Transporte dos alunos até a escola	444
Quadro 7 - Estado da Unidade Escolar Zeferino Marques atualmente	455

LISTA DE SIGLAS

ENGA – Encontro Nacional de Geografia Agrária
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UFRG – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
FNS – Fundo Nacional Solidário
PAA – programa de Aquisição de Alimentos
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
MPF – Ministério Público Federal
IFPI – Instituto Federal do Piauí
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco
UESPI – Universidade Estadual do Piauí
SEDUC – Secretaria Estadual da Educação e Cultura
NEEIQ – Núcleo de Educação Escolar Indígena e Quilombola
CNN – Cable News Network ou Rede de Notícias a Cabo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1. Procedimentos metodológicos	16
2. DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	18
2.1. Geografia e o debate das questões relativas ao campo	18
2.2. A Educação do Campo: Origem e Desafios	20
2.3. Educação Escolar Quilombola no Piauí.....	234
3. ESCOLA E FECHAMENTO	26
3.1. Formação Territorial do Quilombo Lagoas	26
3.2. Apresentação da comunidade	32
3.3. Apresentação da Unidade Escolar Zeferino Marques.....	35
3.4. Consequências do fechamento da Unidade Escolar Zeferino Marques.....	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	49
ANEXOS.....	50

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, tem como objetivo fazer uma análise sobre o fechamento da Unidade Escolar Zeferino Marques, localizada na comunidade Moisés, zona rural do município de São Raimundo Nonato-PI. A comunidade é uma das 119 comunidades pertencentes ao Território Quilombola Lagoas.

A escola foi inaugurada em 1999 no mandato do Ex Prefeito Padre Herculano de Negreiros, e foi fechada no ano de 2017, sem consulta prévia, livre e informada¹, realizada à comunidade. Desde então, os moradores buscam reabri-la, mas as tentativas foram em vão.

Em 2023 o Núcleo de Educação Escolar Indígena e Quilombola – NEEIQ, órgão da Secretaria de Educação do Piauí - SEDUC/PI, passou a apresentar junto às comunidades tradicionais do estado, a proposta de implantação da Educação indígena e quilombola no âmbito da educação básica do Piauí. No entanto, esbarra com uma questão básica, que se refere ao fechamento de escolas realizadas no campo, incluindo em territórios quilombolas, como apontado nesse trabalho.

A educação, enquanto política pública, é de fundamental importância para a população, pois trata-se de uma prática capaz de auxiliar na melhoria das condições de vida e de bem-estar da sociedade de maneira a despertar as suas potencialidades.

Sabemos ainda que uma educação de qualidade é um direito de todos os seres humanos e esta ligada ao processo de ensino e aprendizagem, tanto nas escolas como fora dela. A educação é o que permite que o educando não se limite na construção do seu conhecimento, auxiliando na autonomia e no senso crítico dos educandos.

A educação do campo é um exemplo disso. Trata-se de um direito de todos os moradores

¹ Segundo a Defensoria Pública da União (DPU) o direito dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais serem consultados sempre que alguma medida de caráter legislativo ou administrativo possa afetá-los, é garantido pela Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que é ratificada pelo Brasil, sendo este um dos membros fundadores da OIT. “[...] o direito à consulta é uma obrigação imposta aos países signatários com base na qual deverão consultar, além dos povos indígenas, os povos e comunidades tradicionais interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente. Em outras palavras, deve ser dada a oportunidade das comunidades e povos tradicionais se manifestarem previamente e interferirem em situações em que serão afetados. Essas consultas devem ser prévias e efetuadas de maneira livre, informada e de boa-fé. Ademais, devem ser apropriadas às circunstâncias e ter o objetivo de conseguir obter o consentimento dos ou de se chegar a um acordo com os interessados acerca das medidas propostas. Desta maneira, entende-se por PRÉVIA: a garantia da consulta feita antes da tomada de qualquer decisão que impactará a vida das comunidades ou povos tradicionais. LIVRE: a garantia de participação dessas comunidades e povos sem qualquer espécie de pressão, coação ou intimidação no procedimento e/ou durante a tomada de decisão. INFORMADA E DE BOA-FÉ: devem ser dadas todas as informações necessárias ao entendimento das pessoas quanto ao objeto da consulta, aos potenciais riscos e oportunidades envolvidos e às consequências que a decisão tomada terá na vida de suas comunidades e povos tradicionais interessados” (DPU, 2022, p. 06-07).

do campo, ter acesso a uma educação de qualidade, inclusiva e gratuita. É para isso que os sujeitos do campo lutam todos os dias.

Apesar de sua importância, percebe-se que o modelo de educação, uma conquista que esta ligada a lutas sociais travadas pelos sujeitos sociais que habitam o campo brasileiro não tem sido implementada e praticada como deveria ser. Tomando como exemplo o município de São Raimundo Nonato, onde a pesquisa foi realizada, podemos ver que não temos escolas que adotem o modelo da educação do campo² e, de maneira específica, escolas voltadas para uma educação escolar quilombola.

Essa situação se mostra ainda mais preocupante quando dados publicados pelo IBGE em 2023 mostram que o Território Quilombola Lagoas, onde se localiza(va) a escola pesquisada, possui a maior população quilombola do Piauí, com 5042 pessoas, possuindo ainda a terceira maior população quilombola do país, “ficando atrás apenas dos territórios quilombolas de Alcântara (MA), com 9.344 quilombolas, e o território quilombola que engloba as comunidades de Alto Itacuruçá, Baixo Itacuruçá e Bom Remédio (PA), com 5.638 quilombolas” (IBGE, 2023).

Diante da problemática pesquisada, podemos afirmar que as comunidades quilombolas do município de São Raimundo Nonato são pouco respeitadas pelo poder público, seja em suas esferas municipal, estadual e federal, seja em questões infraestruturais como saúde, saneamento básico, entre outros. De maneira específica, o fechamento das escolas demonstra, além do descaso, uma ida dos entes políticos no sentido contrário a luta e a conquista de políticas públicas voltadas à educação dos povos do campo. Soma-se a isso os problemas de ordem infraestrutural, como falta de pavimentação nas estradas que dificulta o acesso dos jovens locais as escolas localizadas na sede da cidade, além de diversos outros que podem ser mencionados como a falta de equipamentos públicos como biblioteca, de cultura, de lazer, que complementariam o trabalho das escolas.

Nesse sentido, justifica-se a realização desse estudo, a partir do qual buscou-se compreender sobre como as pessoas veem a questão do fechamento da escola da comunidade Lagoa do Moisés, assim como identificar as maneiras como isso impacta no cotidiano da comunidade.

Para a construção dessa pesquisa elencamos algumas questões que nos auxiliaram no desenvolvimento do trabalho, as quais apresentamos a seguir: Houve diálogo com os moradores

² No território Serra da Capivara, região de planejamento do estado do Piauí, existe apenas uma escola que atende ao modelo da educação no campo. Trata-se da Escola Família Agrícola Serra da Capivara (EAFSC), localizada no município de São Lourenço do Piauí. A escola, que cumpre o tempo escola e o tempo comunidade, atende a jovens de diversos municípios piauienses.

antes do fechamento da escola? Quais as consequências do fechamento da escola? Como a escola esta atualmente? Como é o meio de transporte oferecido aos alunos para acessar as novas escolas em que foram matriculados?

As questões apresentadas contribuíram para alcançar os objetivos estabelecidos para este trabalho, que tem como proposta geral “compreender o papel da educação do campo e os problemas ocasionados pela não efetivação desse modelo educacional enquanto política pública a partir do caso vivenciado pelos estudantes quilombolas da comunidade Lagoa do Moisés, localizada no Território quilombola Lagoas, Piauí. Especificamente, o estudo buscou: 1. identificar as consequências do fechamento da escola Zeferino marques para os estudantes da comunidade Lagoa do Moisés; 2. Analisar os processos de resistência da comunidade em prol da escola e 3. diagnosticar as condições atuais de ensino dos estudantes da comunidade Lagoa do Moisés nas novas unidades escolares para as quais foram destinados.

A sessão seguinte apresenta os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa.

1.1. Procedimentos metodológicos

Como nesse trabalho discutimos a questão da educação do campo e o fechamento da Unidade Escolar Zeferino Marques, da localidade Lagoa do Moisés (Território quilombola Lagoas), para sua construção inicialmente realizamos uma pesquisa bibliográfica acerca do tema em questão, sobretudo em pesquisas realizadas na Geografia e disciplinas afins, que analisam temas como o fechamento de escolas no Brasil de 2009 a 2020 e sobre a educação do campo no Brasil e seu desenvolvimento nos últimos anos.

Destaque para as abordagens de autores como Fernandes (2001) que analisa a questão agrária e a luta dos trabalhadores para obterem direito à terras e, posteriormente, uma educação de qualidade. Já as contribuições de Thomaz Júnior (2015) destacam as lutas dos movimentos sociais do campo brasileiro ao longo do tempo, nos permitindo compreender que os direitos voltados para a população rural são fruto de muita luta e resistência, ao mesmo instante em que situam como a ciência geográfica, em especial a Geografia Agrária, abordou esses temas ao longo de sua constituição enquanto campo do saber científico.

O debate estabelecido a partir de Bergamasco (2013) permitiu refletir sobre como a educação do campo discute a identidade do trabalhador e trabalhadora do campo e a valorização do seu espaço e da sua cultura, diferente da educação rural.

Foi utilizado ainda o Relatório Antropológico do Quilombo Lagoas, das autoras Matos e Rodrigues (2010), que trazem os relatos sobre a origem do território quilombo Lagoas e o

longo caminho que o território percorreu até chegar ao que é hoje.

Quanto ao levantamento de dados primários, os mesmos foram obtidos a partir da observação do espaço estudado e da aplicação de entrevista. Para responder à questão problema apresentada na pesquisa, foi realizada entrevista com algumas mães de alunos da localidade Moisés, com idades entre 23 e 51 anos. A partir dos dados coletados nas entrevistas cedidas pelas mães, foi possível obter informações sobre o fechamento da Unidade Escolar Zeferino Marques, sobre onde os alunos da escola fechada estão estudando atualmente e em quais condições de transporte o deslocamento dos estudantes tem sido feito.

Os resultados obtidos nesta pesquisa foram apresentados em quatro capítulos, que chamaremos de “itens”. O item 2, intitulado “Desafios da educação do campo”, aborda a temática em três momentos distintos. No primeiro momento, apresenta-se um breve panorama sobre as abordagens desenvolvidas pela Geografia Agrária, até o ponto em que o debate sobre a educação do campo passa a ser também objeto de estudo dessa área. No segundo momento, discute-se o surgimento e as características do modelo de educação do campo, sendo apresentados os desafios desse modelo educacional na atualidade. Por fim, no terceiro momento, intitulado “Educação escolar quilombola no Piauí”, são discutidas as questões relacionadas à educação escolar quilombola no Brasil e, especificamente, no estado do Piauí.

O item 3, nomeado como “escola e fechamento” discute as questões relativas ao fechamento da Unidade Escolar Zeferino Marques e as lutas da população local em defesa da escola.

Por fim, o item 4, intitulado “consequências do fechamento da Unidade Escolar Zeferino Marques”, são apresentados os resultados da pesquisa, onde são analisadas as consequências do fechamento da escola através das perspectivas das mães dos alunos prejudicados.

2. DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

2.1. Geografia e o debate das questões relativas ao campo

A Geografia Agrária se constitui como o ramo da Geografia que estuda as questões de formação do ambiente rural, já o debate sobre o movimento quilombola e, em especial a educação escolar quilombola, surge bem tardiamente no temário da geografia agrária, somente a partir da década de 1990 com uma maior intensificação nos anos 2000.

Estudando a história da Geografia Agrária podemos ver que ela, a princípio, esteve focada em investigar as questões agrícolas relacionadas à produção. Só posteriormente, resultado dos acontecimentos na sociedade, em especial aqueles ligados à desigualdade e violência no campo, que o seu temário de investigação passou a se preocupar com os conflitos do campo, bem como a luta pela terra que estava sendo mobilizada por movimentos sociais no agir do campesinato brasileiro.

De acordo com Fernandes (2001), a questão agrária brasileira se constitui como um aglomerado de temas sensíveis, que vão desde os relativos ao desenvolvimento agropecuário e lutas de resistência das partes trabalhadoras, até a segurança alimentar do país, entre outros. Trata-se de problemas que estão ligados aos processos de desigualdade e provenientes das relações capitalistas de produção no Brasil.

Essa perspectiva é confirmada pelo autor Thomaz Junior (2015), que, a partir das suas observações de Bray (2008), afirma que o que predominava na Geografia Agrária brasileira eram os estudos dos fenômenos do meio agrário, mas não preocupando-se com os Movimentos Sociais do campo e as ações dos trabalhadores. Contudo, segundo o autor, logo após houve uma “descolonização da Geografia”, abrindo espaços para outros enfoques e autores.

Os primeiros resultados dessa descolonização da Geografia ocorreram nas primeiras edições do Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA). Segundo Thomaz Junior, nem todos tinham a chance de participar e expor seus pensamentos no ENGA, que era fortemente influenciado pelas visões de pesquisadores da UNESP, UFRJ e pelo IBGE. Somente após muita pressão, as portas do evento foram abertas a outros pesquisadores que reconheciam as necessidades do campesinato brasileiro e tinha um pensamento e uma ideia diferente.

É importantíssimo mostrar as mudanças da Geografia, as lutas e filiações do MST e dos demais movimentos sociais presentes no Brasil. Foi nesses momentos de comoção e disputas de ideias mais elaboradas, que foi redefinido o rumo da Geografia brasileira, mesmo que essas mudanças não tenham ocorrido dentro das bancadas universitárias. Ainda assim, foram importantíssimas para que a Geografia pudesse tomar um novo rumo.

Foi a partir desses problemas e disputas que se disseminavam na época nos principais centros de Geografia do país, a partir de 1970 com a renovação da Geografia para uma geografia mais crítica, que houve uma maior visibilidade para a educação, principalmente para os anos iniciais. Segundo Thomaz Junior (2015), o debate filosófico potencializou ainda mais o interesse dessa geração e fez com que percebessem a necessidade de aprofundar ainda mais em novas pesquisas.

Essas diversas lutas fizeram com que os movimentos sociais como o MST tivessem uma maior visibilidade. Para além da luta pela terra, por meio da Reforma Agrária, os movimentos sociais lutam de forma ampliada pela melhoria da qualidade de vida nos assentamentos rurais conquistados. É nesse sentido que ganha centralidade lutar também pelo direito a educação e por melhores condições de ensino.

E foi a partir desses embates dos movimentos sociais que surgiu a proposta de uma educação que focasse na população do campo, ou seja, uma educação que fosse relacionada apenas à agricultura familiar sem ter relação com o capital industrial.

Mesmo sabendo que nem mesmo o modelo tradicional era valorizado, esses movimentos sociais buscaram meios para que as mazelas do campesinato fossem reconhecidas. Para isso, mostrar que a educação que era fornecida a população deveria atender as necessidades do povo que estavam presentes no campo.

Sabe-se que reconhecerem esse modelo de educação é uma coisa, colocar em prática é totalmente diferente. Desta forma, podemos afirmar que a educação que muito se tentou conquistar, e que está incluso no artigo 28 da LDB, não é seguida de forma alguma na maioria das escolas presentes no campo brasileiro, prejudicando assim a população camponesa que foi e continua sendo de todas as formas.

A única alternativa que propõe uma mudança no cenário brasileiro é a proposta de uma reforma agrária que é defendida por diversos autores que estudam a questão. O autor Fernandes (2001) destaca que:

A reforma agrária é vista como uma política pública para facilitar a democratização do acesso as terras, dessa forma é defendida como uma grande possibilidade de desenvolvimento capitalista, bem como uma forma de construção de novas experiências de lutas contra o capital brasileiro nesse âmbito ocorrem as discussões em que a reforma agrária é vista como questão econômica, como questão social de solução de injustiças. Já de outro ponto de vista a reforma agrária é analisada como uma questão inviável, mesmo sendo mostradas as grandes desigualdades geradas pelo padrão agrário existente no país (FERNANDES, 2001, p. 27-29).

Os movimentos sociais estão presentes até os dias atuais justamente para a luta por terras, por uma reforma agrária e uma educação que seja de qualidade para os habitantes do campo, pois esses também merecem um ensino de qualidade.

E é focada nisso que a educação do campo busca o apoio desta, na formação de pessoas cada vez mais críticas que não aceitem menos do que realmente merecem. A educação do campo já vem há muito tempo na luta pelo seu reconhecimento e talvez seja com esse apoio que ela possa se estabelecer com raízes e características próprias.

2.2. A Educação do Campo: Origem e Desafios

A educação do campo nasceu para contrapor a Educação rural, que era um projeto criado pelo sistema brasileiro capitalista que tinha o objetivo de manter a hegemonia da educação em dualismo, caracterizado por um tipo de ensino para as camadas populares e outro para as camadas dominantes da sociedade.

Mas para um maior entendimento sobre a educação do campo vemos na perspectiva de Bergamasco (2013) que:

A educação do campo nasceu como uma proposta que visava a formação do homem e mulher que residia no campo, e propôs uma valorização do que se diz respeito ao seu espaço, tempo e um modelo de currículo, que buscava a mobilização de atividades que buscam abranger o campo brasileiro” (BERGAMASCO, 2013, p. 1).

É um modelo de educação que foi criada para as pessoas do campo, ou seja, a todas as pessoas que habitam no campo brasileiro, que possuem ou buscam seu direito a terra.

A educação do campo veio a surgir após diversas lutas dos movimentos sociais presentes no campo em busca de uma educação que buscasse trazer qualidade a educação que era desenvolvida no campo brasileiro.

O movimento dos sem-terra e do MST teve uma preocupação com a educação escolar dos membros que fazem parte dos movimentos, contanto a elaboração e os movimentos em prol da educação do campo foram mais fortes a partir dos anos de 1990 (MEDEIROS; VIERO, 2018, p. 59).

Foi a partir de 1990 que essa mudança ficou mais acentuada, mas, muito antes, esses movimentos vieram com várias lutas em prol da educação do campo, como vamos ver na citação de Vieiros e Medeiros (2018). Nesse trecho os autores citam que o primeiro momento de luta que ocorreu em prol da educação do campo ocorreu nos anos de 1979 a 1984. O mesmo é identificado pelo seguinte lema:

“Terra para quem nela trabalha, a educação é necessária! Uma escola alternativa! Tempo das experiências”. Esse seria um que seria caracterizado como um momento de constituição dos movimentos sociais e movimento dos trabalhadores rurais pelas lutas por terras do Brasil, essa luta dos movimentos sociais sempre foi necessária que

apesar do Brasil ser um país que está voltado para a agricultura a educação do campo nunca foi uma prioridade (MEDEIROS; VIERO, 2018, p. 59).

Justamente por essa educação do campo não ser prioridade no Brasil os movimentos sociais procuraram uma forma de incluir esse modelo de educação como uma proposta em desenvolvimento, que não foi fácil e continua não sendo. Essa educação vem sendo marginalizada desde o início da sua formação, como já foi falado de início.

Segundo Amboni e Neto (2013), um dos principais marcos da educação do campo é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) que deu total apoio as escolas do campo, trazendo um sentido a essa educação e fazendo com que ela tivesse um reconhecimento em busca da valorização dos trabalhadores que estão presentes no campo.

O artigo 28 da LDB de 1996, reformulada em 2017, apresenta a seguinte redação sobre a educação do campo:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras, da pedagogia da alternância; (Redação dada pela Lei nº 14.767, de 2023)

II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (BRASIL, 2017, p. 22).

Mesmo a educação do campo recebendo o aval positivo da LDB de 1996, somente em 1998 após a primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo que o movimento da educação do campo ganhou mais força, e mesmo vista como uma educação que era necessária para o homem do campo, essa educação ainda era pouco reconhecida e respeitada, raramente era debatida nos espaços acadêmicos do país.

Mesmo não sendo frequentemente debatida em espaços como universidades, a educação do campo permanece presente. Sua principal características é sua força e suas lutas para trazer uma educação de qualidade para o homem que reside no campo, para que sejam educados para conhecer os valores da sua cultura e saberes específicos do campo.

A educação do campo é contextualizada, nesse sentido, busca inserir a realidade do morador do campo nos processos de ensino-aprendizagem, ensinando o cidadão sobreviver com os recursos do campo e a reconhecer o seu espaço de convívio. Dois saberes, o dos povos do

campo e o da escola se relacionam. Nesse processo, inclusive o professor também aprende com os produtores do campo, tornando-se um ensino vantajoso para ambas as partes.

Infelizmente, a educação do campo nunca foi prioridade para os governantes. Entendemos que a omissão se trata de uma escolha política, pois sem educação e oportunidades os jovens do campo migram para outras regiões de economia dinâmica, favorecendo o mercado com força de trabalho explorada e barata em diversos setores da economia.

O êxodo rural sempre foi um problema grave e presente no Brasil, quando se trata de regiões específicas do país, principalmente da região Nordeste. Podemos ver que até os dias atuais ocorre bastante isso, a maioria, jovens, saem de sua casa na Zona Rural em busca de uma melhor situação econômica. Isso ocorre por causa da pouca valorização dos territórios rurais, pela falta de estruturas para uma educação que permita lhes conhecer o espaço em que vivem, e que possam formá-los para permanecerem desenvolvendo atividades neste espaço.

Apesar da importância que possui, observa-se que após muitos anos na luta por uma educação de qualidade, no Brasil, há poucas escolas focadas em ensinar aos camponeses a estudarem a sua identidade cultural. Podemos observar que no Brasil existe uma variedade muito grande de diversas culturas, que foram deixados por seus antepassados, mas infelizmente poucas escolas ensinam os jovens a valorizar essa cultura que é importantíssima também para a construção de conhecimentos das futuras gerações.

Essas lutas para uma educação de qualidade infelizmente, ou felizmente, ainda estão presentes até os dias atuais. Uma educação que deveria estar presente no dia a dia da população para muitos ainda é apenas um sonho a ser realizado.

O modelo de educação presente na maior parte do país atualmente é o modelo tradicional de educação, que está empenhada em ensinar o mesmo modelo de educação a todos os alunos tanto os da zona rural como os da zona urbana.

E ao observar a educação do campo vê-se que a mesma enfrenta vários desafios, que vem desde sua criação até os dias atuais. Alguns deles são: falta de recursos, falta de professores com uma formação voltada a esse fim e o fechamento de escolas do campo, que ocorreram bastante até meados de 2018, entre vários outros problemas.

O primeiro problema que vemos é a falta de recursos destinados à educação do campo. Geralmente, os recursos para a educação são para as escolas de ensino tradicional, onde há ausência dos princípios políticos e as práticas do campesinato, deixando a educação com um *déficit* de uma coisa importantíssima que são recursos para assim oferecer uma educação de qualidade.

Um outro tópico é a falta de professores com uma formação adequada para aplicar e exercer uma educação que esteja focada em repassar os conhecimentos do campo, dificultando ainda mais o seu processo de valorização do campo.

Nesse sentido Costa (2016) diz:

No ano de 2006 o MEC aprovou o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), com o intuito de apoiar a criação do curso de Licenciatura em educação do campo (LPEC) em universidades públicas no País. Desde então, esse programa passa a ser a primeira e principal política a tratar da formação do docente para atuar no campo. Porém, não atende o que de fato o Movimento requer, tendo em vista tratar-se de um programa, ou seja, uma política emergencial e não uma política permanente (COSTA, 2016, p. 96).

Mesmo não atendendo os requisitos necessários para os movimentos da educação do campo, o Procampo ajudou parcialmente, pois ajudou a mostrar que o homem do campo merece estar presente nas políticas públicas que conhecem essa educação do campo para assim os movimentos lutarem com mais força na conquista desse direito.

Um outro desafio presente na educação do campo é o fechamento de escolas rurais por todo o Brasil. Até o ano de 2018, foram centenas de escolas rurais fechadas em todo o país prejudicando ainda mais a educação.

Pavani e Andreis (2017) destacam que diante do quadro exposto fica evidente que aos municípios manter as escolas multisseriadas do campo, passou a ser considerado um gasto excessivo, pois precisavam de mais recursos disponibilizar mais professores, ou seja, arcar com toda uma estrutura e necessidades de uma escola para poucos alunos de uma comunidade rural, ou de uma comunidade distante da cidade (ANDREIS; PAVANI, 2017, p. 4).

Essas nucleações não foram benéficas para os municípios, tampouco foi benéfica para os educandos que foram removidos de suas localidades para estudar em uma comunidade que fica a quilômetros de distância, causando certo desconforto também devido aos problemas de transporte que não são adequados para a locomoção dos mesmos. Esses são alguns dos problemas que a população do campo enfrenta no seu dia a dia em todas as regiões do país. Problemas esses que poderiam ser resolvidos caso houvesse uma colaboração dos governos, da esfera federal, estadual e municipal, com os movimentos sociais que estão em busca de uma melhor qualidade de vida para o povo que reside no campo.

2.3. Educação Escolar Quilombola no Piauí

A Educação Escolar Quilombola é um direito de todos que pertenceram a um território reconhecido como quilombola, no entanto não é o que vemos no Brasil. A desigualdade do ensino nas terras de pessoas que são remanescentes de quilombos é ainda mais acentuada, expondo a falta de compromisso com a educação, em especial a educação escolar quilombola.

A educação voltada ao povo dos quilombos é uma iniciativa relativamente recente, criada com o objetivo de atender as demandas específicas dos remanescentes dessas comunidades. Entre seus principais objetivos, destacam-se o reconhecimento da identidade cultural, a valorização das trajetórias históricas e o destaque das contribuições das comunidades quilombolas para a sociedade em geral. As características centrais desse modelo incluem o fortalecimento da identidade quilombola, a promoção da participação comunitária no desenvolvimento do currículo educacional e o envolvimento ativo em associações, entre outros aspectos relevantes.

Na citação a seguir veremos como ocorreu o surgimento da educação para o povo de comunidades quilombola no Brasil.

A Educação Escolar Quilombola é uma modalidade da educação básica, cujos fundamentos podem ser encontrados no Parecer CNE/CP nº 03/2004 e na Resolução CNE/CP nº 01/2004, que instituem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos das escolas públicas e privadas da Educação Básica. Posteriormente, foi assegurada nas Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 04/2010, de 13/07/2010, DOU de 14/07/2010), e regulamentada pelo Parecer CNE/CEB nº 16/12 (de 05/06/2012 e DOU de 20/11/2012), e pela Resolução CNE/CEB nº 08/2012 (de 20/11/2012 e DOU de 21/11/2012), bem como pelas demais orientações e resoluções do CNE voltadas para a educação nacional.

Essa modalidade legitimou-se pelo processo histórico de luta e resistência dos povos negros e quilombolas, seus valores civilizatórios afro-brasileiros e a política de pertencimento étnico, político e cultural. Destina-se ao atendimento educacional diferenciado das populações quilombolas rurais e urbanas e deve ser garantido pelo poder público e organizado em articulação com as comunidades quilombolas e os movimentos sociais. Por escola quilombola entende-se somente aquela localizada em território quilombola. A Educação Escolar Quilombola é ofertada nessas escolas e em escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas.

Os espaços, o currículo e as vivências pedagógicas da oferta dessa modalidade devem estar fundamentados no reconhecimento e na valorização da diversidade cultural dos povos negros e quilombolas, exaltando sua memória, sua relação com a terra, com o trabalho, seu modo de organização coletiva, seus conhecimentos, saberes e o respeito às suas matrizes culturais (SEDUC CE, S/D, n.p).

Com a criação dessa modalidade de ensino voltada a pessoas dos quilombos do Brasil, alguns lugares já tiveram experiências implantadas. No entanto, podemos observar também que, mesmo com muita luta, a maioria dos territórios quilombolas ainda não são contemplados.

A citação a seguir, mostra que a importância da educação escolar quilombola para os descendentes de um povo que sofreu muito ao longo de toda a sua história.

Educação Escolar Quilombola se faz muito importante em nossa sociedade, uma vez que afirmar a trajetória, essas populações trazem novas perspectivas, pois, as injustiças históricas para com o povo negro ainda repercutem na atualidade, para isso é preciso novas possibilidades e buscar reparar as desvantagens culturais, sociais, materiais para com essa população. (Nascimento; Silva, 2021. Pag. 07).

Os principais desafios da educação para os territórios quilombola são a falta de investimento, a falta de formação de professores com formação especializada em educação e na cultura dos territórios quilombola, entre vários outros desafios que se fazem presentes.

No caso específico do estado do Piauí, algumas ações vêm sendo realizadas para a implantação da educação escolar quilombola, mas até os dias atuais não houve a efetivação desse modelo educacional em todas as comunidades tradicionais. Como vemos na citação a seguir

O Piauí dá passos importantes no fortalecimento da educação escolar indígena e quilombola no plano administrativo e de garantia da oferta de ensino de qualidade para todas as modalidades educacionais. A Secretaria de Estado da Educação do Piauí (Seduc-PI) atua na estruturação de um sistema que atenda às necessidades educacionais dos povos seguindo seus interesses e respeitando seus conhecimentos. (SEDU-PI, 2023, NP).

Para o fortalecimento dessa proposta foi criado o Núcleo de Educação Escolar Indígena e Quilombola – NEEIQ, vinculado à Secretaria de Educação Estadual do Piauí (SEDUC-PI) com a proposta de uma educação que inclua os direitos dos povos indígenas e quilombolas.

Segundo matéria no site da SEDUC-PI (2023), atualmente existem 889 estudantes quilombolas matriculados em 163 escolas estaduais que estão distribuídas em, aproximadamente, 46 municípios do estado. Esses estudantes quilombola, no entanto, não estudam em escolas onde exista um currículo voltado para educação escolar quilombola. No município de São Raimundo Nonato, onde ocorreu a pesquisa, não é aplicada a educação escolar quilombola em nenhuma modalidade de ensino. Na atualidade, o que pode ser observado é uma proposta do NEEIQ visando implantar uma escola quilombola no território do Quilombo Lagoas, mas até a conclusão desse trabalho, ainda não foi concretizado.

Apesar da importância e da necessidade, a educação quilombola no Piauí avança lentamente. Muitas comunidades quilombolas não escolas em seus territórios, muito menos um currículo que atenda a educação escolar quilombola. De modo ainda mais grave, existem milhares de alunos de comunidades tradicionais, mas ainda são poucos os que estão na base de dados da SEDUC e nos dados do Censo Nacional da Educação como sendo quilombolas.

O Piauí tem a competência e o dever de ofertar a educação escolar quilombola aos seus conterrâneos e fazer essa educação funcionar como deve ser. Mesmo tendo a capacidade de

oferecer esse modelo educacional, como o resto do país, o estado enfrenta dificuldades que são as mesmas, desde a falta de investimentos a falta de professores capacitados, entre vários outros fatores, que dificultam o processo de efetivação de uma educação quilombola de qualidade.

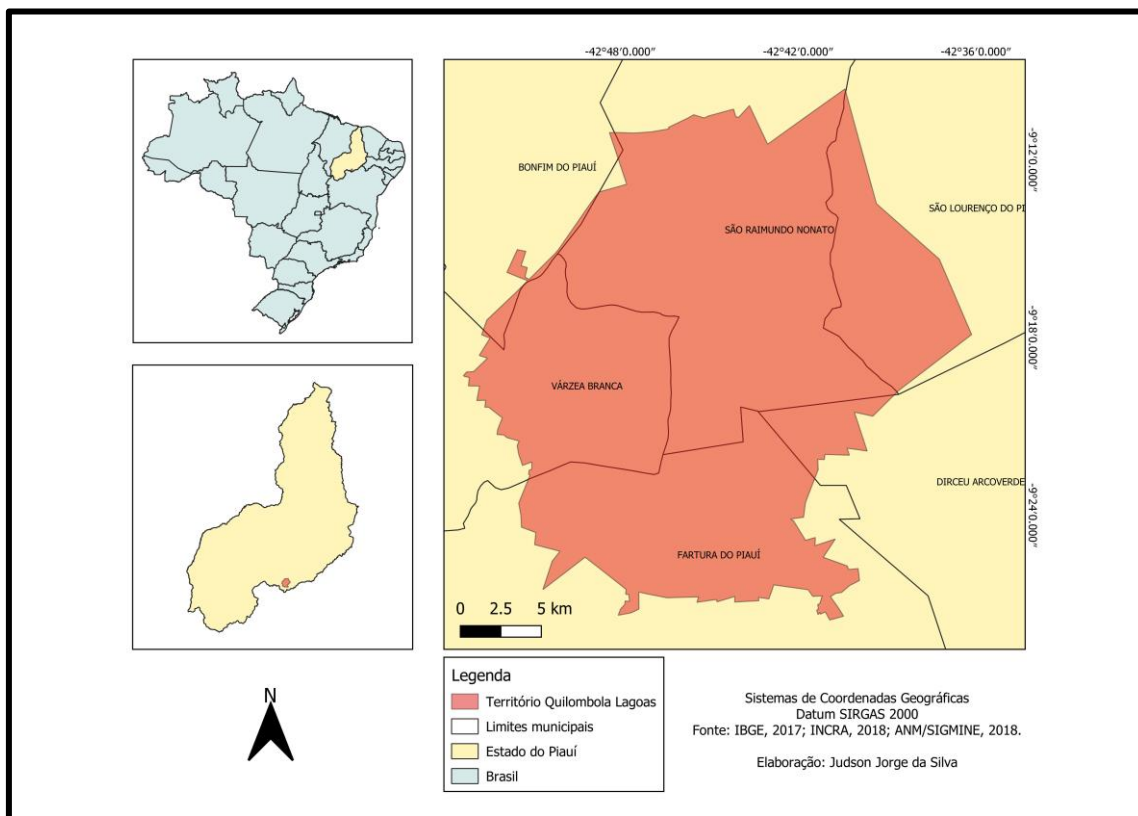
3. ESCOLA E FECHAMENTO

3.1. Formação territorial do Quilombo Lagoas

O Território Quilombola Lagoas está localizado no semiárido piauiense, a 550 quilômetros da capital Teresina. Possui uma área de aproximadamente 62 mil hectares, que estão subdivididos em seis municípios: São Raimundo Nonato, Várzea Branca, São Lourenço do Piauí, Fartura do Piauí, Dirceu Arcoverde e Bomfim do Piauí. Destes seis municípios, temos 119 comunidades com aproximadamente 1600 famílias, divididas em 12 núcleos: Lagoa das Emas, São Vitor, Lagoa dos Meninos, Firmeza, Lagoa da Pedra, Espinheiro, Fazendo do Meio,

Angical, Lagoa Nova, Montes Claros, Umburana, Xique-Xique. O Território é o maior quilombo do Piauí e o terceiro maior do país em número de habitantes.

Mapa 1 - Localização do Território Lagoas no Piauí/Brasil.



Fonte: Judson Jorge da Silva

Segundo Matos e Rodrigues:

O Território Quilombola de Lagoas tem centralidade organizativa ambiental nas lagoas. As comunidades, em sua maioria, desenvolveram-se nas proximidades de pequenas aguadas, que, na maior parte dos meses, permanecem sem água, característica climática da região do semiárido. Quando chega a estiagem, as lagoas evaporam mais rapidamente. Outro motivo para o pouco tempo de duração de água deve-se, possivelmente, ao estado de assoreamento em que se encontram, fenômeno fortalecido pela inexistência ou existência insuficiente de mata ciliar. Em épocas de chuvas, os riachos, lagoas e caldeirões de pedra eram e são, também, um meio de manutenção hídrica e alimentar para as famílias (MATOS; RODRIGUES, 2010, p, 67).

Como contado pelos moradores mais velhos da comunidade e citado por Matos e Rodrigues (2010), a maioria das comunidades começam inicialmente com o nome que faz referência a lagoas próximas ou a animais de estimação ou silvestres. Segundo Aparecida e Marques (2023), as pessoas procuravam fazer suas casas perto de lagoas. Formando famílias

nessas localidades, colocavam o nome daquele lugar em referência a alguma dessas lagoas ou animais silvestres que existissem bastante na região, como por exemplo as comunidades de Lagoa do Moisés e Lagoa das Emas.



Segundo Faria (2016) O Território Quilombo Lagoas foi formado a partir do contexto histórico do Piauí e da colonização da bacia do rio Piauí, na segunda metade do século XVII, a partir de concessões de imensas áreas de terras, chamadas de sesmarias, pela coroa portuguesa.

As comunidades que estão constituindo o Território Quilombola de Lagoas distribuem-se pela antiga Fazenda São Victor e pequenas áreas de outras antigas fazendas do período colonial e imperial do Brasil, citando Sítio da Aldeia, Conceição, Dois Irmãos, Barrinha, Serra Velha Fazenda Nova. Estas comunidades surgiram, inicialmente, com a ocupação de unidades familiares. Filhos e netos foram formando pequenos grupos de pessoas, constituindo hoje as diversas comunidades ali existentes. Trata-se de famílias com ancestralidade indígena e negra como também brancos empobrecidos ou descendentes de vaqueiros que, ainda no final do Brasil Império para o Início da República, foram se estabelecendo no local e convivendo com os descendentes de escravos que viviam nessas áreas (MATOS E RODRIGUES, 2010, p, 13).

Conforme se observa na citação das autoras Matos e Rodrigues (2010) percebemos que a origem do território se deu a partir da antiga fazenda São Vitor. A referida fazenda pertencia, que pertencia a apenas uma pessoa, o Coronel Piauilino de Macedo, fazendeiro e escravocrata, hoje forma o território que conhecemos e abriga 119 comunidades com 5042 pessoas.

O território foi reconhecido pela Fundação Cultural palmares em 2007, mas até os dias atuais ainda aguarda a sua titulação que se encontra em curso.

Figura 1 - Certidão de autodefinição emitida pela Fundação Cultural Palmares.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do Processo administrativo desta Fundação nº 01420.000820/2009-60 **CERTIFICA** que a **Comunidade de Lagoas**, localizada no município de São Raimundo Nonato/PI Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 011, Registro n. 1.153, fl. 169, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.**

Eu, **Maurício Jorge Souza dos Reis**, (Ass.)....., Diretor da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **30 de abril de 2009.**

O referido é verdade e dou fé.

Edvaldo Mendes de Araújo
(Zulu Araújo)
Presidente

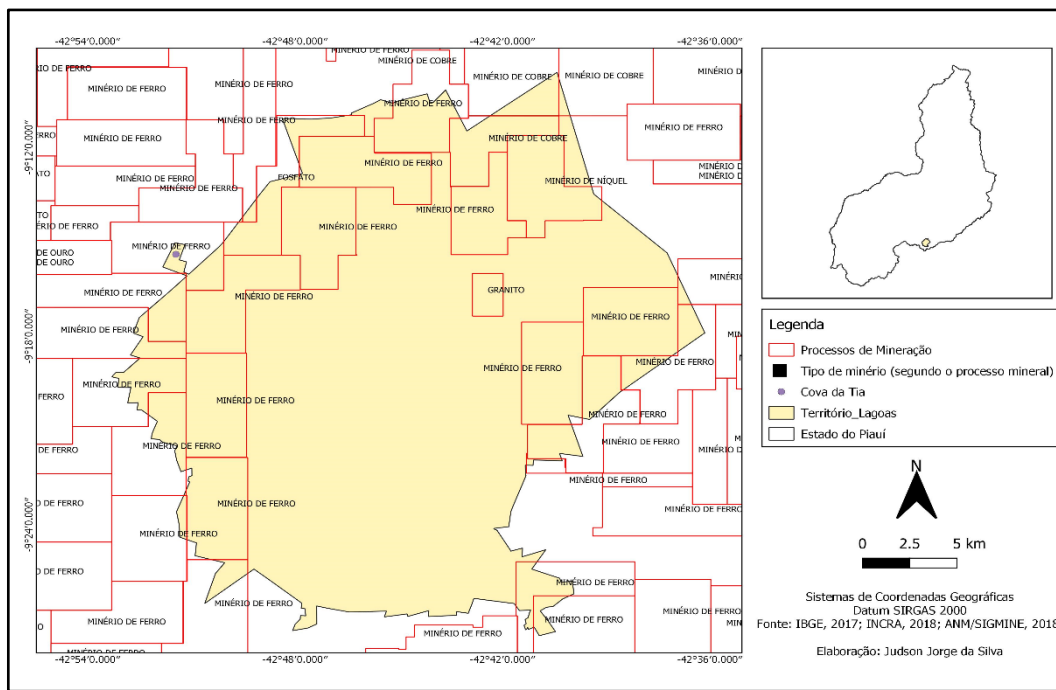
SBS QD 02 LOTE 11 – Ed. Elcy Meireles – Brasília/DF – CEP: 70070-120 – Brasília – DF – Brasil
 Fone: (0 XX 61) 3424 0101-fax: 0xx61 3424 0145
 E-mail: dna@palmares.gov.br / Site: www.palmares.gov.br

“A felicidade do negro é uma felicidade guerreira” (Wali Salomão)

Fonte: INTERPI. Acesso dezembro de 2022.

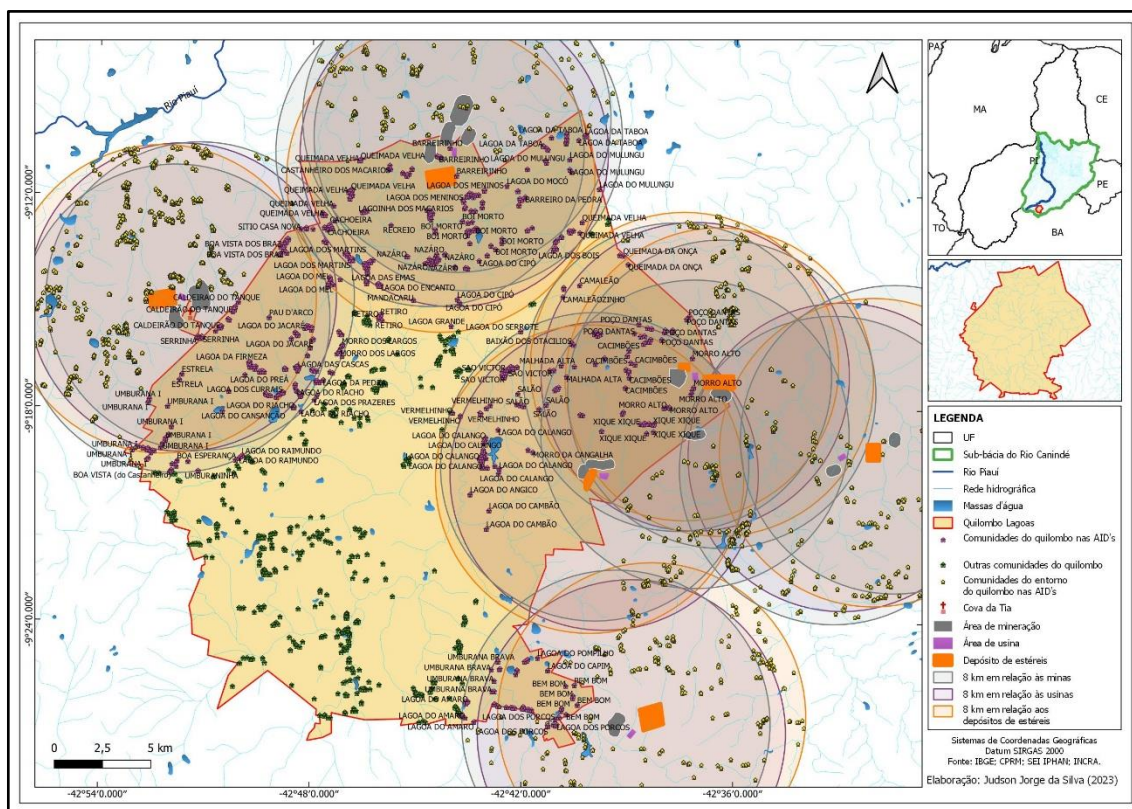
Além da demora para a titulação definitiva de seu território, desde muito tempo seu povo vem sofrendo com diversas ameaças, dentre as quais se destaca a tentativa de mineradoras em se instalar em diversos pontos do seu território, conforme mapa 2 e mapa 3.

Mapa 2 - Processos minerários incidentes sobre o Território Quilombola



Fonte: Judson Jorge da Silva, 2018.

Mapa 3 – Área Diretamente Afetada e Áreas de Influência Direta do Projeto de extração de Magnetita da SRN Mineração



Fonte: Judson Jorge da Silva, 2023.

O mapa 2 mostra a quantidade de processos minerários variados que incidem no território do quilombo Lagoas. Já o mapa 3 mostra o projeto mais avançado, já em etapa de licenciamento ambiental. Tais projetos estariam atrasando o processo de titulação, devido ao conflito de interesses com empresas mineradoras. Diante desses desafios, a população local vem lutando contra a instalação da mineração em seu território. Em reuniões que participamos, ouvimos o relato de produtores e apicultores da região dizerem que “não querem a mineração”, pois “isso vai destruir o nosso meio de vida. Para nós, que somos apicultores, vai acabar com tudo”.

Politicamente, os moradores locais se organizam em torno da Associação Territorial do Quilombo Lagoas criada para ajudar nas lutas pelos seus direitos. Essa associação é oficialmente reconhecida e ajuda o território a desenvolver várias ações voltadas para a população quilombola.

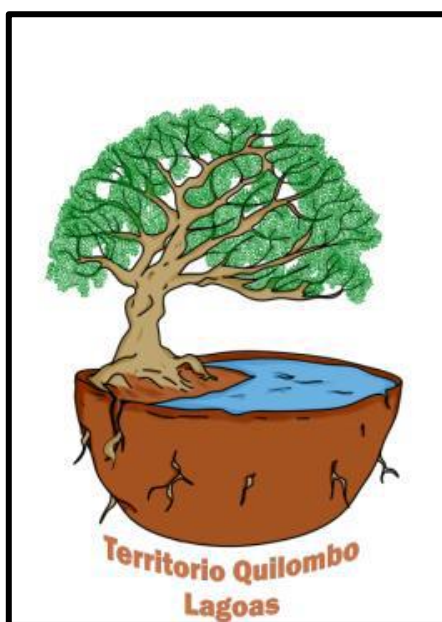


Figura 2 - Símbolo da Associação Territorial Quilombola Lagoas

Fonte: Associação Territorial do Quilombo Lagoas.

Não bastasse todos esses desafios aqui apresentados, como demora na titulação e a ameaça do seu território por projetos de mineração, o Quilombo Lagoas sofre também pela ação pública do Estado, ora pela inércia em dotar o território das infraestruturas e serviços públicos necessários, como pavimentação, áreas de lazer, melhoria dos serviços de telefonia e internet,

bem como e sobretudo nas áreas de saúde e educação. Nesse último caso, nos últimos anos a comunidade foi impactada pelo fechamento de diversas unidades escolares que havia em seu território, como veremos mais adiante.

3.2. Apresentação da comunidade

A comunidade Moisés está localizada no território Quilombola Lagoas, na zona rural do município de São Raimundo Nonato, distante aproximadamente 37 km da sede da cidade. Trata-se de uma entre as 119 comunidades que formam o território do Quilombo Lagoas.

Segundo moradores a comunidade Lagoa do Moisés recebeu esse nome por causa de um andarilho chamado Moisés, que chegou e por ali ficou nas margens de uma lagoa que fica próxima à localidade. Uns dizem que esse andarilho, supostamente um fugitivo, resolveu fixar-se no local até sua morte e que, dali em diante, colocaram o nome de Lagoa do Moisés, como é conhecido a localidade.

Segundo Carla Pindaíba, moradora da comunidade e membro da Associação Territorial do Quilombo Lagoas, atualmente (2023) a comunidade Moisés contém aproximadamente 66 famílias, sendo uma das maiores do território Lagoas, com aproximadamente 250 pessoas. A maioria dessas famílias estão ligadas por laços de parentesco (de sangue e outros) como também cita Matos e Rodrigues (2010). A característica da ligação por parentesco, assim como é o caso de Moisés, é a mesma de muitas outras comunidades do quilombo, como Emas, Lagoa do Calango, Boi Morto, entre várias outras.

Segundo relatos dos moradores, durante a pesquisa, a maior parte das terras que o pessoal da comunidade habita são consideradas terras de conjunto. Trata-se de terras que foram herdadas do patriarca da comunidade e divididas com todos os filhos, sem ocorrência de inventariado e desmembramentos cartoriais. Uma terra só, utilizada por vários familiares. Campos e Ferrari (2008) destacam que nas terras de conjunto pequenos proprietários e trabalhadores rurais trabalham conjuntamente uma área de terra, onde essa pessoa vai produzir seu sustento, sendo isso o que percebemos ao observar o convívio dessas pessoas na comunidade Moisés. “As terras de conjunto dos moradores da comunidade Moisés era uma terra do primeiro morador, senhor Zeferino Marques, que foi dividida com todos os seus filhos e o restante que sobrou ficou para todos sem ser repartido e assim todos poderiam construir suas casas no terreno que hoje é a comunidade” (DAS GRAÇAS, 2023).

Pode-se observar ainda que a comunidade tem um grande processo de migração por parte dos homens em busca de emprego em outras regiões para garantir o sustento de sua família. Em tempos de seca, esse processo é ainda mais acentuado. Essas migrações ocorrem

principalmente para o estado de São Paulo, para a construção civil, Mato Grosso para o corte de cana-de-açúcar e Espírito Santo para a colheita de café.

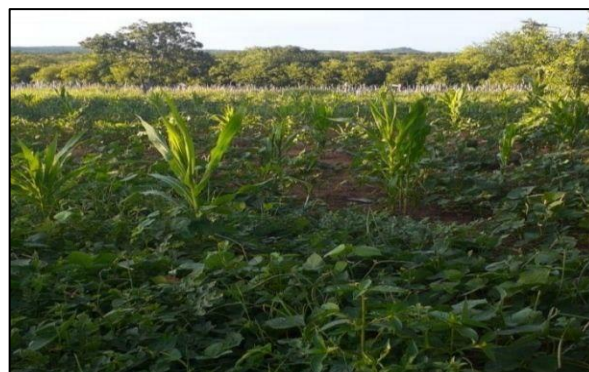
Os homens e mulheres que ficam na localidade procuram sobreviver da agricultura familiar com o plantio de feijão, milho e mandioca. Não produzem muito para a comercialização, mas o pouco que produzem é o suficiente para sobreviverem durante o ano com pelo menos o básico, como é o caso do feijão que é muito consumido na região. E uma outra forma que podemos observar são as criações de bode, boi, ovelhas etc. Mas, o principal consumo na região é a carne de bode e a carne de porco. A figura 3 mostra um rebanho de caprino solto na comunidade e a figura 4 mostra uma roça de feijão.

Figura 4 - Criação de Caprinos



Fonte: Própria autora. 2023

Figura 3 - Plantação de feijão e milho



Fonte: Própria autora.2023

Outra importante atividade produtiva local é a produção de mel. A apicultura é uma atividade bastante praticada na região. São Raimundo está entre os 05 grandes produtores do Brasil e o Quilombo Lagoas contribui bastante com a produção de mel de São Raimundo Nonato e região circunvizinhas. Ao ouvir moradores da comunidade, destacamos a fala de uma moradora. “A apicultura é uma atividade bastante importante para o território quilombola e hoje o município de São Raimundo é dos maiores produtores de mel do Piauí, mas o mel não é tão valorizado sendo assim não é gerado lucro para o pequeno produtor” (PINDAÍBA, 2023).

Podemos observar também que na localidade existe uma casa de farinha que foi construída com apoio da Caritas brasileira, projeto Dom Helder e outros parceiros. Quem mora e quem passa pode observar que a mesma está sem uso por causa da grande estiagem que ocorreu nos últimos, acarretando grande perda de safra dos agricultores.

Figura 5 - Casa de Carinha Comunitária.



Fonte: Própria autora, 2023.

Outro empreendimento que está presente na vida dos moradores da localidade, principalmente de grande parte das mulheres, é a cozinha comunitária Raízes do Quilombo, inaugurada em novembro de 2020. A cozinha foi construída através do programa de fortalecimento dos empreendimentos de economia solidária, juntamente com instituições como a Fundação Banco Do Brasil, Fundo Nacional Solidário (FNS), Fundo Diocesano Solidário, Caritas Brasileira, Associação Territorial Do Quilombo Lagoas entre outros.

A cozinha comunitária produz sequilhos, broas de milho, geleias, doces, petas, palitos de gergelim, almoços e quentinhas. A venda é feita sob encomendas e, ultimamente, é produzido para entregas nas escolas através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que é um programa do governo federal para promover a educação e incentivar os pequenos agricultores do campo.

Figura 6 - Cozinha comunitária Raízes do Quilombo



Fonte: Própria autora.2023

Na Imagem 6 podemos visualizar a parte externa da cozinha comunitária. A mesma pode ser visitada por pessoas de fora da comunidade, desde que utilizem e sigam as normas de higiene estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

3.3 Apresentação da Unidade Escolar Zeferino Marques

A escola pesquisada é a Unidade Escolar Zeferino Marques, localizada na comunidade Moisés. Foi fundada por volta de 1999, com o objetivo de tornar a educação das crianças daquela localidade mais acessível, pois, segundo relatos de pessoas mais velhas, quem queria estudar tinha que andar longas distâncias a pé, já que naquela época somente pessoas com bons recursos financeiros podiam comprar um transporte. Destacamos relatos de dois moradores: “Quem queria estudar tinha que ir a pé para a comunidade São Vitor e quem não conseguia ficar indo a longa distância acabava desistindo” (DAS GRAÇAS; IVO, 2023).

Figura 5 - Unidade Escolar Zeferino Marques.



Fonte: Própria autora, 2023.

Apesar de funcionar desde 1999, a escola só possui registros do ano de 2011. Segundo PINDAIBA (2023) a data citada de 2011 foi o ano que a escola passou a abrigar o Conselho Escolar, que veio a ser registrado na Unidade Escolar Zeferino Marques devido ao fechamento da Unidade Escolar Raimundo Ferreira dos Santos, em 2010, que funcionava em uma localidade chamada Pedra do Mocó, passando seus alunos para o povoado São Vitor.

A Unidade Escolar Zeferino Marques funcionou até meados de 2017, quando foi fechada sem aviso prévio, muito menos consulta prévia livre e informada aos moradores do

local. Por essa razão, a comunidade ingressou com uma ação no Ministério Público Federal (MPF) sobre o fechamento da escola em questão.

Segundo o Ministério Público Federal, em agosto de 2017, membros das comunidades Emas e Moisés procuraram o Ministério Público com reclamações sobre a ausência de informações sobre mudanças no sistema educacional e denunciaram que não houve consulta previa sobre o fechamento da escola, não os apresentando o parecer do conselho municipal de educação e alegando que as escolas, por serem quilombolas, deviam, além de serem mantidas, ter um modelo diferenciado de educação devido a sua cultura.

Durante as investigações do ministério público sobre a nucleação das escolas as explicações que foram dadas ao MPF foi:

Os representantes da educação do município, por sua vez, apresentaram informações preliminares sobre o projeto de nucleação para a procuradora da República Cecília Vieira e para o promotor Paulo Maurício Gusmão. Eles argumentaram que a sala de aula com várias séries e um único professor é prejudicial para os alunos, sendo a nucleação importante alternativa para a qualidade da educação já que, nesse modelo, o aluno tem atenção de acordo com suas peculiaridades. Que no caso específico da escola do Moisés, Firmeza e Emas, a nucleação ocorrerá dentro do próprio território quilombola. Além disso, destacaram o fator econômico como um dos pontos importantes para a tomada de decisão de fechar algumas escolas multisseriadas, já que a manutenção dessas escolas representa grande custo para o município (BRASIL, 2017).

O fechamento das diversas escolas do município e principalmente da escola pertencente ao Território Quilombola, ocorreram, segundo os representantes, porque o multisseriado prejudicava tanto o aluno quanto o professor, o que não é de todo uma falsa afirmação. Sabe-se que muitas turmas em uma única sala são prejudiciais, mas o poder público municipal não levou em consideração que era uma escola quilombola que estava sendo fechada, sem pelo menos um aviso, com a fala que essa nucleação ocorreria dentro do território e não teria muita mudança em relação a sua vivência. Conforme já discutido no item 2 desse trabalho, existe diferença entre escolas do campo e no campo, existindo ainda especificidades entre as escolas e uma educação quilombola. Embora a Zeferino Marque pudesse ser classificada como uma escola no campo, não especificamente como uma escola com currículo voltado à educação escolar quilombola, a perda dessa escola causou diversos transtornos para a comunidade local.

Os estudantes saem a uma distância de aproximadamente 8 km, em um transporte que não é adequado para transportar a quantidade de crianças. No caso, o transporte é uma van com capacidade para 12 pessoas, mas que iam mais de 20 crianças. O município, fornecendo um transporte assim, não levava em consideração a segurança e bem-estar da criança durante esse trajeto.

Ainda segundo os moradores, após a secretária de educação ir à comunidade e avisar que a escola teria sido fechada, a própria secretaria enviou um transporte para pegar as coisas da escola sem pelo menos avisar a comunidade. A única coisa que ficou na escola foi o que foi comprado com o dinheiro do Conselho que era destinado diretamente para a escola. Quando questionada se houve diálogo antes do efetivo fechamento da escola, uma moradora entrevistada relata: “Para o meu entendimento não, já chegaram com o comunicado que iriam fazer a nucleação da escola devido o multisseriado” (PINDAIBA, 2023).

Após o fechamento da escola, as comunidades do território se reuniram em protesto, muitas pessoas reuniram-se em frente a secretaria de educação, mas nem se quer foram atendidas pela então secretaria de educação do município para conversa sobre o fechamento. O fechamento aconteceu no ano de 2017, durante a gestão da prefeita Carmelita Castro, tendo à frente a sua irmã como Secretaria de Educação, Nailer Castro.

Podemos perceber que a política de nucleação de escolas ocorreu juntamente com a municipalização da educação básica. A partir daí os municípios começaram a argumentar questões controversas como a queda do número de matrículas, precarização das escolas e a baixa qualidade do ensino associando isso a classes multisseriadas isso é o que os municípios usam para justificar a nucleação de milhares de escolas por todo o Brasil.

Com o processo de nucleação das escolas do meio rural vem cada vez mais crescendo as escolas dos centros urbanos e deixando as escolas do campo cada vez mais vazias até ocorrer o fechamento da referida escola

A escola Zeferino Marques, continua fechada até hoje para aulas. No entanto não ficou abandonada. A comunidade se responsabiliza pelos cuidados com o prédio escolar e hoje é utilizada para reuniões, minicursos e receber pessoas que vão conhecer a comunidade.

Figura 8 - Momento de reunião na escola (a)



Figura 9 - Momento de reunião na escola (b)



Fonte: Própria autora, 2023.

Conforme observado nas figuras 8 e 9, embora tenha sido fechada em 2017 e permaneça assim até os dias atuais, os moradores da comunidade ressignificaram a estrutura da escola, dando a ela a permanência de um espaço formativo e de diálogos. O prédio da unidade escolar

fechada é um patrimônio que ficou sendo utilizado para reuniões e ações que são movidas pelo território do quilombo Lagoas. Essa resignificação do prédio da antiga escola pode ser entendida como um processo de resistência. Mostrando que, apesar da ausência da escola formal, o espaço pode ser um lugar de fomento à debates que estão presentes no dia a dia das pessoas que moram na comunidade e região. No entanto, é necessário destacar que antes do fechamento o ambiente da escola já comportava reuniões, formações, assembleia e processos de integração das comunidades com várias instituições que dialogam com o Quilombo Lagoas, mostrando que o papel da escola ia além do ensino escolar. Assim sendo, sua reabertura voltaria a agregar educação formal escolar com processos de educação entendido em sentido ampliado.

3.4. Consequências do fechamento da Unidade Escolar Zeferino Marques

Nesse capítulo apresentamos os resultados que obtivemos a partir da pesquisa empírica na comunidade Moisés. Para a pesquisa nós realizamos uma ficha de entrevistas com algumas mães de alunos que estiveram presentes durante o processo de fechamento da escola (o guia das entrevistas encontra-se em anexo).

Após o fechamento da Unidade Escolar Zeferino Marques em 2017, pais, mães e algumas instituições como IFPI, UNIVASF, UESPI e CARITAS vêm lutando em conjunto com esses moradores pela abertura da escola e pela proposta de uma nova educação que englobe a educação quilombola, com professores de dentro do território Quilombo Lagoas.

A tabela a seguir apresenta algumas consequências do fechamento da escola para os alunos da comunidade Moisés e das comunidades vizinhas, segundo as mães de alunos entrevistadas. O resumo das questões obtidas nas entrevistas pode ser observado nos seguintes quadros.

Quadro 1 - Resumo das entrevistas nas localidades Moisés - Raimundo Nonato Piauí - PI.

Entrevistado(a)	1. Resumo das entrevistas na localidade MOISÉS-SRN
E01 (39 anos, feminino)	A moradora vive na comunidade desde o ano de 2004, quando se casou. A família se mantém da agricultura familiar, da apicultura, da criação de bodes e o esposo da mesma viaja para outro estado em determinadas épocas do ano para a realização de trabalho assalariado sazonal.
E02 (51 anos, feminino)	A moradora vive na comunidade desde que nasceu. Sua família se mantém da apicultura, agricultura familiar e cita que, em determinados períodos do ano, a cozinha comunitária que ela participa juntamente com um grupo de

	mulheres produz alguns tipos de produtos para fornecer ao programa de aquisição de alimentos (PAA), para a Secretária de Educação do e para o Instituto Federal do Piauí – IFPI, Campus de São Raimundo Nonato.
E03 (30 anos, feminino)	A moradora vive na comunidade desde que nasceu e destaca que a sua família se mantém da agricultura e é beneficiária do Bolsa Família.
E04 (40 anos, feminino)	A moradora vive na comunidade Moisés, onde nasceu, cresceu e vive até hoje com seu esposo e filhos. A família se mantém da agricultura, apicultura e em determinadas épocas do ano fazem entregas de produtos da Cozinha Comunitária para o IFPI e secretária de educação através do PAA.
E05 (23 anos, feminino)	A moradora vive na comunidade desde que nasceu. A família se mantém da agricultura e da renda do marido, que viaja para outros estados em determinadas épocas do ano.

Fonte: Própria autora.

Conforme apontado no quadro 1, os moradores da comunidade vivem da agricultura, criação, e da apicultura fortemente presente no quilombo. O território Quilombo Lagoas é o maior produtor de mel de São Raimundo Nonato. Já o município, em 2023, foi declarado como o maior produtor de mel do Piauí. Nota-se a importância dessas atividades para a sobrevivência do território quilombola, porém, como falado na sessão 3.1 do trabalho, essas atividades estão em constante ameaça pela mineração.

No quadro 2 podemos observar a resposta de alguns entrevistados sobre apresentação, por parte do poder público municipal, a respeito das motivações para o fechamento da escola da comunidade (pergunta 7).

Quadro 2 - Consequências do fechamento da unidade escolar Zeferino Marques.

Entrevistado(a)	2. Questão 07: “Quando a escola foi fechada houve o diálogo com os moradores, sobre o porquê do fechamento da escola”?
E01 (39 anos, feminino)	“Para o meu entendimento não, já chegaram com o comunicado que iriam fazer a nucleação da escola devido o multisseriado”.
E02 (51 anos, feminino)	“Não houve diálogo, eles só chegaram e comunicaram que iam fazer a nucleação das escolas para a Firmeza. Como uma forma de protesto muitas mães matricularam os filhos no São Vitor”.

E03 (30 anos, feminino)	“Não houve, eles só chegaram e avisaram que iam fechar a escola sem ter comunicado antes nenhum pai ou mãe”.
E04 (40 anos, masculino)	“Não houve, eles só chegaram e avisaram que iam fechar a escola e que ia ser bom, porque ia acabar com o multisseriado e não explicaram nada”.
E05 (23 anos, feminino)	“Não teve, eles vieram para uma reunião e nos disseram que iam fechar a escola e logo depois a secretaria pegou as coisas que tinham na escola”.

Fonte: Própria autora.

Ao analisar o quadro 02, no qual constam respostas sobre a questão 07, podemos observar que a Secretaria de Educação de São Raimundo Nonato não procurou obter um diálogo com a comunidade sobre o fechamento da escola, muito menos realizou uma consulta prévia, livre, informada, consentida e de boa fé junto ao Território Quilombola Lagoas e, de maneira específica, junto aos moradores da comunidade Lagoa do Moisés. Da mesma forma, não procurou uma maneira de resolver o problema do multisseriado. Apenas comunicou o fechamento da Unidade Escolar.

Fechar a escola não seria a única opção, mas o poder público do município não procurou o melhor diálogo com as pessoas para a resolução do multisseriado e acabou deixando uma comunidade sem o seu bem mais precioso, que era uma escola. Atualmente, os moradores lutam pela reabertura da escola, que está fechada há 6 anos. Apesar desse longo tempo, o sonho de verem a escola funcionando novamente continua vivo.

No quadro 03, podemos observar a resposta de alguns entrevistados sobre as consequências do fechamento da escola (questão 9).

Quadro 3 - Consequências observadas pelas mães.

Entrevistado(a)	Questão 09: “Você acha que houve consequências após o fechamento da escola quais?”
E01 (39 anos, feminino)	“Houve sim, porque o aluno tem a escola na sua própria comunidade e ter que se deslocar para outra é uma injustiça”.
E02 (51 anos, feminino)	“Houve sim, primeiro temos a adaptação da criança em outra escola. Depois a gente pensa na nossa comunidade, uma comunidade com

	uma escola é uma comunidade viva, a comunidade que não tem uma escola é esquecida”.
E03 (30 anos, feminino)	“Sim, o deslocamento das crianças para longe em transporte que não é de boa qualidade”.
E04 (40 anos, masculino)	“Sim, primeiramente houve atraso maior do que já tinha em relação ao aprendizado e o transporte também é muito ruim”.
E05 (23 anos, feminino)	“Houve sim, primeiramente a educação os alunos ficaram bem atrasados e o transporte de má qualidade”.

Fonte: Própria autora.

Ao analisar o quadro 03 podemos apontar como as consequências do fechamento da escola a partir do olhar de mães de alunos da localidade. De acordo com as entrevistas realizadas, houve um atraso no aprendizado das crianças, haja vis

to que, mesmo com a mudança, que tinha como justificativa encerrar o modelo multisseriado, ainda podemos observar que há crianças de 11 anos aprendendo a ler e escrever, coisa que deviam ter aprendido nos primeiros anos.

Outra reclamação apontada foi a da má qualidade do transporte escolar fornecido pelo poder municipal para o transporte das crianças. O problema do ônibus de má qualidade é que, além do risco ao qual os alunos estão submetidos ao se deslocarem em transportes não adequados à faixa de idade, número de passageiros, são comuns também a quebra do veículo. Houve ocasiões em que, pela quebra do transporte, os alunos deixaram de ir para a escola durante vários dias consecutivos, agravando mais ainda o atraso no aprendizado dos alunos.

Diante das respostas apresentadas pelas mães, cabe questionar: se a preocupação da Secretaria de Educação do município de São Raimundo Nonato era com a baixa qualidade do multisseriado, por qual razão não tem sido garantida a participação efetiva dos alunos nas aulas das novas escolas em que foram obrigados a se matricular?

Além disso, a quebra do transporte, com estudantes parados nas estradas, não oferece risco a integridade dos alunos, em especial a crianças menores?

A seguir, no quadro 04 podemos observar a resposta de alguns entrevistados sobre a pergunta 10.

Quadro 4 - Mudança de escola

Entrevistado(a)	Questão 10: “Em relação à mudança de escola você acha que foi uma mudança positiva, não foi positiva, ou não gerou mudanças? Justifique sua resposta!”
E01 (39 anos, feminino)	“Houve mudanças sim, porque na comunidade tem alunos que passam dias sem ir à escola por falta de transporte”.
E02 (51 anos, feminino)	“A mudança foi uma mudança negativa, pois podemos ver alunos que passam dias sem ir à escola por causa de ônibus quebrados”.
E03 (30 anos, feminino)	“A mudança foi ruim, porque as crianças já eram atrasadas e ficaram ainda mais atrasadas com a mudança”.
E04 (40 anos, masculino)	“Não foi positiva no meu ponto de vista, primeiramente, porque as crianças saem para longe em carros pequenos e muitos ficaram muito atrasados na educação”.
E05 (23 anos, feminino)	“Não foi positiva, pois tem alunos que passam vários dias sem frequentar a escola”.

Fonte: Própria autora.

Como observado nas respostas do quadro 04, o ponto de vista das pessoas entrevistadas é que a mudança de escola não foi boa, devido a múltiplos problemas, que inclusive já foram citados, que é a frequente quebra do transporte, fazendo com que os alunos falem a escola. Esse problema é um dos mais citados nas entrevistas das mães, que já reclamaram sobre o problema, mas não foi resolvido.

Conforme as respostas dos quadros 3 e 4, é possível perceber que o problema com o transporte escolar gira em torno dos riscos a integridade física dos estudantes, expostos a perigos diversos quando o transporte quebra a caminho da escola. Já as ausências frequentes às aulas motivadas pela quebra do transporte escolar, prejudica o aprendizado desses alunos.

A seguir reproduzimos o quadro 5 em que podemos observar a resposta de alguns dos entrevistados sobre a pergunta 13.

Quadro 5 - Ensino da Unidade Escolar Zeferino Marques.

Entrevistado(a)	Questão 13: “O que você pode falar sobre o ensino que era aplicado na Unidade Escolar Zeferino Marques”.
E01 (39 anos, feminino)	“O multisseriado não é favorável, mas não era a última decisão a ser tomada. Tinha uma solução se caso tivessem interesse”.
E02 (51 anos, feminino)	“Tinha muitas crianças na mesma sala. O multisseriado não é bom nem para eles nem para quem ensina, mas a única solução para a secretária era essa? Tenho certeza de que se a secretária de educação quisesse ter procurado uma solução ao invés de fechar a escola tinha encontrado”.
E03 (30 anos, feminino)	“Não era o mais adequado, mas não era o pior. Se a secretária quisesse tinha encontrado uma outra maneira ao invés de fechar a escola”.
E04 (40 anos, masculino)	“Não era das melhores, mas não era das piores. A secretária encontraria alternativas melhores que o fechamento da escola”.
E05 (23 anos, feminino)	“O ensino não era dos melhores, mas não era dos piores. A secretária poderia ter procurado outra maneira de resolver o problema e não fechar a escola e mandar os alunos para longe”.

Fonte: Própria autora.

Sobre o ensino na Unidade Escolar Zeferino Marques os entrevistados destacam que não era o melhor modelo educacional que seus filhos poderiam ter acesso. No entanto, são unânimes ao questionar se a única medida a ser adotada pela secretaria municipal de educação seria a do fechamento.

Se compararmos as respostas do quadro 5 com o quadro 4, embora manifestem consciência de que o “multisseriado” não era ideal, na Unidade Escolar Zeferino Marques os alunos aprendiam a ler e escrever, o que tem se mostrado mais difícil nas novas escolas.

Segundo os relatos, atualmente, nas novas escolas sem multisseriado, muitas crianças não sabem ler. O que os moradores queriam é que a Secretaria de Educação de São Raimundo Nonato procurasse outra solução ao invés de fechar a escola, afinal, se não era a melhor escola, porém, era a que a comunidade tinha e zelava. Uma comunidade sem escola é uma comunidade esquecida pelo poder público e, como cita a entrevistada (E01, Q9), não é justo uma criança

sair para estudar em outra comunidade se tem uma escola que poderia estar funcionando na sua comunidade.

A seguir reproduzimos o quadro 6 em que podemos observar a resposta de alguns dos entrevistados sobre a pergunta 14.

Quadro 6 - Transporte dos alunos até a escola.

Entrevistado(a)	Questão 14: “Em relação ao transporte de locomoção para as escolas, como você descreve”?
E01 (39 anos, feminino)	“Depois dessa decisão o transporte era de péssima qualidade. Foram muitas discussões para o melhoramento e ainda é complicado, porque os alunos que vão para a localidade Firmeza passam vários dias sem ir à escola devido ao transporte”.
E02 (51 anos, feminino)	“O transporte por muito tempo foi de péssima qualidade e ainda é, porque não acho seguro as crianças ir em uma van pequena em pé. No caso do transporte da Firmeza os alunos faltam vários dias por causa de transporte”.
E03 (30 anos, feminino)	“Péssimo, pois não é adequado e assim coloca a vida das crianças em perigo”.
E04 (40 anos, masculino)	“Ruim, pois o transporte anda lotado, as vezes quebra deixando o aluno sem ir à escola”.
E05 (23 anos, feminino)	“Transporte é de qualidade ruim, pois anda lotado. E em relação aos da Firmeza, os alunos passam semanas sem ir por causa do ônibus quebrado”.

Fonte: Própria autora.

A condição do transporte foi o que mais citaram na entrevista. Durante o trabalho de campo constatamos que o transporte realmente possui uma série de problemas (Figura 9).

Figura 10 - Meio de transporte para o São Vitor e Firmeza



Fonte: Própria autora.

Primeiramente, o transporte que conduz os alunos todos os dias para o São Vitor é uma van de aproximadamente 12 lugares para assento e o restante das crianças, tanto da manhã quanto os da tarde, vão em pé na van, correndo riscos de algum acidente. Já os alunos que vão para a Firmeza são alunos de várias outras localidades como, Emas, Baixão do Boi e Retiro. Os entrevistados relatam que os alunos passam dias sem ir à escola porque o ônibus que transporta os alunos está constantemente quebrando, fazendo com que eles falem a aula pois é uma distância longa para ir a pé.

A seguir reproduzimos o quadro 7 em que podemos observar a resposta de alguns dos entrevistados sobre a pergunta 16.

Quadro 7 - Estado da Unidade Escolar Zeferino Marques atualmente

Entrevistado(a)	Questão 15: “Como está a situação atual da Unidade Escolar Zeferino Marques”?
E01 (39 anos, feminino)	“Sobre os cuidados da comunidade, onde é realizada atividades como reuniões e outras diversas utilidades”.
E02 (51 anos, feminino)	“A escola hoje tá sem aula sendo cuidada pela comunidade e é utilizada para reuniões e outras atividades”.
E03	“A escola está fechada até hoje para aulas, mas usamos para reuniões”.

(30 anos, feminino)	
E04 (40 anos, feminino)	“Está fechada para aulas, mas é utilizado para reuniões e outras coisas”.
E05 (23 anos, feminino)	“A escola atualmente está fechada e a comunidade utiliza para alguns movimentos feito pela associação e pela própria comunidade”.

Fonte: Própria autora.

O quadro 7 apresenta a fala das mães sobre como está a situação da escola hoje. Todos os entrevistados responderam que a escola continua fechada para aulas, mas que a escola está sendo reutilizada para outras atividades da comunidade como reuniões e atividades de lazer. O fechamento de uma escola é um transtorno para a comunidade em questão e é desgastante a adaptação dos estudantes em outro ambiente escolar, com novas pessoas, novos professores. As escolas para as quais os alunos foram destinados possuem uma grande quantidade de alunos e, com a transferência de uma grande quantidade de alunos oriundos das escolas fechadas após a nucleação, ficaram ainda mais cheias.

Sobre a atual questão da escola Zeferino Marques, observa-se que está fechada até os dias atuais. Os moradores não têm informação sobre um possível funcionamento da escola, que atualmente é usada pela comunidade em geral.

Conscientes de seus direitos e dos prejuízos que a nucleação causaria, a comunidade Moisés e o Território Quilombola Lagoas lutaram bastante pelo não fechamento da escola. A comunidade participou de protestos em frente à Secretaria de Educação de São Raimundo Nonato, mas sem terem sucesso. A então secretária, Nailer Castro, irmã de Carmelita Castro, Prefeita do município de São Raimundo Nonato, nem ao menos recebeu essas pessoas para ouvir o que os mesmos tinham a dizer em favor da escola.

Cinco (05) anos após o fechamento dessa e de outras escolas, em 2022 o governo do Piauí passou a discutir a instituição do Núcleo de Educação Escolar Indígena e Quilombola – NEEIQ. Segundo eles, esse projeto de educação indígena e quilombola vai oferecer uma educação que atenda as especificidades e demandas do povo indígena e quilombola no Piauí.

Nos dias 07 e 08 de fevereiro de 2023, representantes do (NEEIQ/Seduc/PI) estiveram na comunidade Moisés para apresentar essa proposta de educação quilombola, uma proposta que, caso seja implantada, pode vir a beneficiar várias crianças, assim como os adolescentes que fazem um longo trajeto para a cidade de São Raimundo todos os dias para cursar o Ensino Médio. Como parte do território Lagoas está localizado no município de São Raimundo, sendo

está a maior cidade dessa microrregião do Piauí, e como no território quilombola sobraram apenas 14 escolas que oferecem apenas o ensino fundamental, os alunos de Ensino Médio tem que se deslocar uma distância de 40 km para as escolas que estão localizadas na sede do município.

Figura 11 - Reunião promovida pela SEDUC/PI



Fonte: Própria

O técnico da NEEIQ/SUEB/Seduc, Dante Galvão, explica que o encontro se deu entre gestores estaduais e municipais de educação e representantes das comunidades. “Consideramos a consciência que as comunidades quilombolas têm de sua história e a necessidade de implantar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola com a participação de todos. Por isso estamos visitando as comunidades para uma implantação coletiva”, relata o técnico (PIAÚÍ, 2023).

Sabemos que é um desafio muito grande colocar em prática esse projeto de política pública para essas comunidades tradicionais, mas com a criação do Ministério dos Povos Indígenas e Ministério da Igualdade Racial a SEDUC/NEEIQ compreende que pode ser uma proposta possível no melhoramento da educação quilombola. O poder público é quem tem o dever de zelar pela população, buscar meios de melhorar a educação tanto a tradicional como a escola do campo. Atualmente, em São Raimundo, não há nenhuma escola no modelo de educação do campo, todas as escolas do município ensinam o velho modelo que estamos acostumados, conforme discutido no item 2. Pensando em uma escola que favoreça uma educação do campo, participamos de algumas reuniões de órgãos do Governo do Estado, Universidades e da Associação Territorial do Quilombo, que buscam esse modelo de educação que favoreça o território.

Os moradores da comunidade Moisés buscam uma educação de qualidade que valorize a cultura e a identidade do seu povo, mas essas tentativas são frustradas de várias formas, e a principal é a falta de apoio do poder público municipal que praticamente se abstém de qualquer coisa relacionada ao território.

Portanto, conclui-se que o território mesmo sendo muito grande ainda necessita de muitas melhorias e avanços para as comunidades pertencentes ao seu território, para assim os moradores terem uma melhor qualidade de vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apoiando-se nos dados coletados na pesquisa, concluímos que o fechamento da Unidade Escolar Zeferino Marques não foi a melhor opção para a comunidade Moises, pois podemos ver muitas reclamações por parte dos responsáveis pelas crianças que foram retiradas da escola. Durante o campo para a pesquisa, ouvimos e conversamos com pessoas da comunidade que dizem que o ensino da escola não era dos melhores, mas houve piora no aprendizado das crianças.

Outro assunto bastante comentado durante as entrevistas é a falta de transporte para os alunos irem à escola. Isso influencia bastante o aprendizado da criança, pois ao faltar a aula os alunos atrasam o aprendizado.

Quando uma escola é fechada em uma comunidade, há uma perda irreparável. Além disso, após o fechamento o poder público esquece completamente daquele lugar, como podemos observar em todos os lugares do quilombo Lagoas que tiveram suas escolas fechadas.

Portanto, percebemos que a educação do campo ou uma educação Quilombola está longe de ser aplicada nas escolas da zona rural de São Raimundo Nonato e a gestão atual do município não ajuda nessa questão, é uma gestão para a cidade. A população do Território Quilombo Lagoas, juntamente com a Associação Territorial do Quilombo, é quem se mobiliza para buscar uma educação de qualidade para os seus filhos e filhas. Sendo assim, essa luta do território desde o início até agora contra o fechamento das escolas do quilombo é importantíssima para toda a população do território Quilombo Lagoas.

REFERÊNCIAS

Entrevistas

DAS GRAÇAS. Entrevista concedida à Bruna Marques Pindaíba. Comunidade Lagoa do Moisés, São Raimundo Nonato, 30 de junho de 2023.

IVO. Entrevista concedida à Bruna Marques Pindaíba. Comunidade Lagoa do Moisés, São Raimundo Nonato, 30 de junho de 2023.

PINDAIBA. Entrevista concedida à Bruna Marques Pindaíba. Comunidade Lagoa do Moisés, São Raimundo Nonato, 30 de junho de 2023.

Referências Bibliográficas

ANDREIS, Adriana Maria; PAVANI, Greti Aparecida. O processo de nucleação e fechamento de escolas no campo e a luta dos movimentos sociais pela educação do campo. Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 8., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e Terra, 2017. GT-14 – Educação do/no campo. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt14_1506706386_arquivo_greti_finalsinga.pdf. Acesso em 15 out.2023.

ASSOCIAÇÃO TERRITORIAL DO QUILOMBO LAGOAS. SÍMBOLO / LOGOMARCA. [S.L.], 2023. (FIGURA USADA NO TCC).

BERGAMASCO, Wanderléia Aparecida. Educação do campo: concepção, fundamentos e desafios. In: **Cadernos PDE: Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE**. Volume 1. Paraná: Secretaria de Educação, 2013. p. 27-43. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uenp_ped_pdp_wanderleia_aparecida_bergamasco.pdf. Acesso em 20 out. 2023.

BRASIL. **Jusbrasil**. MPF e MPPI apuram nucleação de escolas no município de São Raimundo Nonato. DF: Ministério Público Federal – MPF, 2017. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/noticias/mpf-e-mppi-apuram-nucleacao-de-escolas-no-municipio-de-sao-raimundo-nonato/489582672?utm_medium=social&utm_campaign=link_share&utm_source=WhatsApp. Acesso em 01 nov. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. Ministério da Educação - MEC, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/LDB.htm.pdf>. Acesso em 01 nov. 2023.

CAMPOS, Ana Paula Teixeira; FERRARI, Eugênio Alvarenga. A conquista de terras em conjunto: autonomia, qualidade de vida e agroecologia. **Agriculturas**, v. 5, nº 4, p. 8-12, 2008. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/a-conquista-de-terras-em-conjunto-48.pdf>. Acesso em 15 jul. 2023.

COSTA, Eliane Miranda. A formação inicial do educador do campo: um estudo sobre a licenciatura em educação do campo/procampo. **MARGENS – Revista Interdisciplinar**, vol. 10, nº 14, p. 95-111, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/4251/4123>. Acesso em 10 out. 2023.

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO - DPU. **Cartilha sobre elaboração de protocolo de consulta prévia para povos e comunidades tradicionais**. Brasília: DPU, 2022. Disponível em: https://direitoshumanos.dpu.def.br/wp-content/uploads/2023/01/anexo_5810553_cartilha_sobre_a_elaboracao_de_protocolo_de_consulta_previa_para_povos_e_comunidades_tradicionais__5_.pdf

FARIA, Ana Tereza Dutra Pena de. **Comunidade quilombola Lagoas**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. As correntes teóricas na geografia agrária brasileira. (Uma contribuição à crítica teórica, sem a prioris). *Terra Livre*, [S. l.], v. 2, n. 35, p. 35–52, 2015. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/416>>. Acesso em: 06 out. 2023.

MATOS, Simone de Oliveira; RODRIGUES, Maria Sueli. **Relatório Antropológico de Identificação e delimitação do Quilombo Lagoas**. São Raimundo Nonato, 2010.

MEDEIROS, Liziane Müller; VIERO, Janisse,. **Princípios e concepções da educação do campo**. 1. ed. Santa Maria, RS : UFSM, NTE, 2017. [recurso eletrônico] <http://www.seduc.ce.gov.br/> Acesso em; 14 de dezembro de 2024.

NASCIMENTO Cavalcante Damiano, Silva da luís Luanderson. **Educação quilombola: uma história de resistências e inclusão. 2021** <https://www.seduc.pi.gov.br/noticias/noticia/10736#:~:text=Na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%2C%20o%20governo%20estadual,com%20qualidade%2C%20inclus%C3%A3o%20e%20equidade>. Acesso em 14 de dezembro de 2024.

PIAUÍ. EDUCAÇÃO: Seduc articula implementação das diretrizes curriculares nacionais de educação quilombola, imprensa. Governo do Piauí: Imprensa, 2023. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/noticias/seduc-discute-politicas-de-integracao-de-educacao-tecnica-profissional-e-eja-na-regiao-da-serra-da-capivara/> . Acesso em 14 jun. de 2023.

PIAUÍ. Seduc mapeia estudantes indígenas e quilombolas para o Educacenso 2023. Governo do Piauí: Imprensa, 2023. Disponível em: <https://www.seduc.pi.gov.br/noticias/noticia/10755>. Acesso em 14 jun. de 2023.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Carta aberta**: O Brasil precisa abrir escolas, não fechá-las. Campanha Nacional Pelo Direito À Educação. Disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/2015/11/30/carta-aberta-o-brasil-precisa-abrir-escolas-nao-fecha-las/>>. Acessado em 25 maio 2023.

SILVA, Judson Jorge da. **Da condição de periferia na periferia do capital à incorporação na lógica das políticas hegemônicas para o território: análise das estratégias de atração de mega projetos de mineração para o Estado do Piauí**. 2023. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023,

ANEXOS

ENTREVISTA

1. Nome
2. Idade Gênero
3. O imóvel que reside é próprio/ morador de aluguel/ cedido
4. É morador na comunidade há muito tempo?
5. Quantas pessoas vivem na sua residência?
6. O que a comunidade produz para auxiliar no sustento dos moradores?
7. Quando a escola foi fechada houve o diálogo com os moradores, sobre o porquê do fechamento da escola?
8. Para onde os alunos da escola Zeferino Marques foram destinados
9. Você acha que houve consequências após o fechamento da escola quais?
10. Em relação à mudança de escola você acha que foi uma mudança positiva, não foi positiva, não gerou mudanças, justifique sua resposta
11. Os alunos foram bem recebidos pelos professores, alunos e etc., nas escolas atuais?
12. Em relação ao aprendizado das crianças nas novas escolas como você avalia?
13. P o que você pensa sobre o ensino que era aplicado na unidade escolar Zeferino
14. Em relação ao transporte de locomoção para as escolas como você descreve?
15. Como está a situação atual da unidade escolar Zeferino Marques?